



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO SUPERIOR

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3557-7500 – ramal 2002/2004

Ata da 40ª. Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ifes 14 de agosto de 2015

No dia quatorze de agosto de dois mil e quinze reuniu-se o Conselho Superior do Instituto Federal do Espírito Santo, às 13 horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob a presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: do Colégio de Dirigentes os senhores Luiz Braz Galon, Hermes Vazzoler Junior, Aloísio Carnielli e Anderson Mathias Holtz; do Corpo Discente as senhoras Lorena Rafaela da Rocha Alcântara, Mariana Ferreira Mariano e Leila Nascimento P. da Silva e os senhores Kaique de Oliveira e Guilherme Gomes Viza Júnior; do Corpo Docente as senhoras Ana Raquel Santos de Medeiros Garcia e Marize Lyra Silva Passos e os senhores Weverton Pereira do Sacramento e Eduardo Rezende Galvão; do Corpo Técnico-administrativo a senhora Alcione de Souza e os senhores Sival Roque Torezani e Adeilton Castão Pereira; do Ministério da Educação, o senhor Luiz Augusto Caldas Pereira; da Secretaria da Educação, o senhor Haroldo Correa Rocha; da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho, senhora Alacir Ramos Silva; do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Espírito Santo, a senhora Aivete Taiquete. Justificaram a ausência as senhoras Monique Moreira Moulin, Isabel Cristina Gomes Basoni, Mara Cristina Tamos Quarteza, Kamila Mascarenhas Machado e Karilyn Ian Blyth Garcia Abreu e os senhores Rodrigo Paste Ferreira, Lodovico Ortlieb Faria, Carlos Cezar de Oliveira Bettero e Sidicley Ferreira de Cerqueira. Participaram como convidados as senhoras Araceli Veronica Nardy Flores e Vanessa Batestini e os senhores, Lezi Ferreira, Ademar Stange, Clayton de Almeida e Márcio Có. O Presidente abre a reunião agradecendo a presença de todos, apresenta professor Haroldo Correa, secretário de educação do Estado do Espírito Santo e faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes pontos: **1. Informes; 2. Aprovação Ata da Reunião Extraordinária de 19 de junho de 2015; 3. Aprovação Ato de Homologação Provisória 8 e Processo 23152.000438/2015-44 – Aprovação do Curso Superior em Logística do campus Viana; 4. Aprovação Ato de Homologação Provisória 9 e Processo 23187.000244/2015-41 – Aprovação do Curso Bacharelado em Química do campus Vila Velha; 5. Processo 23150.000288/2015-99 – Encerramento do curso Subsequente Técnico em Química – campus Aracruz; 6. Processo 23147.000948/2015-91 – Proposta de alteração da resolução CS nº 34/2012; 7. Processo 23147.000844/2015-86 – Apreciação e Homologação do Regimento Interno do CEP – Ifes; 8. Aprovação do Afastamento do País do Reitor pelo período de 18 a 27 de setembro de 2015 com destino**

à Finlândia para participar de missão do Conif; 9.Aprovação das normas de Certificação equivalente à conclusão do Ensino Médio com base no Enem 2015; 10.Aprovação do Regimento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); 11.Aprovação da alteração da Resolução CS nº 59/2011 de 10 novembro 2011; 12. Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes – PDI. O Presidente pede autorização para alterar a ordem dos itens de pauta com o intuito de dar maior celeridade à reunião, visto que alguns itens demandam mais tempo e uma discussão mais aprofundada que outros, e diante da anuência dos presentes, informa que o **item 6** será retirado de pauta uma vez que é necessário um estudo mais aprofundado sobre a proposta, informando que esse item será apresentado na próxima reunião do Conselho Superior. Abre o **item 2** e o Conselho Superior aprova, sem ressalvas, a ata da Reunião Extraordinária de 19 de junho de 2015. O Presidente abre o **item 9** e relata que, anualmente, é necessário fazer algum ajuste na resolução que regulamenta a certificação do Enem, a fim de adequá-la às alterações do Ministério da Educação. O Conselho Superior, sem ressalvas, aprova a Resolução das normas de Certificação equivalente à conclusão do Ensino Médio com base no Enem 2015. O Presidente abre o **item 1** relatando que houve diversas contribuições da comunidade acadêmica para o PDI e que conclusão do documento, a ser aprovado nessa reunião, descreve também importantes conquistas institucionais. Ressalta a necessidade de destacar algumas delas, principalmente aquelas pelas quais têm sido repetidamente parabenizado. Acrescenta que, por ser figura pública que representa o Ifes, essas congratulações lhe são diretamente direcionadas, no entanto, todos os presentes são partes importantes dessas conquistas, em particular a excelente colocação obtida pela instituição no Enem, e por isso todos devem se sentir homenageados também, pois são parte dessa conquista. Relata que os Institutos Federais, de uma forma geral, tiveram um bom desempenho no Enem, enfatizando a educação de excelência que é realizada por essas instituições. Ressalta que o IDH do estado do Espírito do Santo é um dos melhores do Brasil, destacando que as contribuições da educação estadual e municipal foram fundamentais para o sucesso no Enem, pois o Ifes recebe um aluno com uma formação melhor que a de outros estados. Embora se mostre orgulhoso pelo feito, o Presidente enfatiza que o mais importante é a consistência do resultado, ou seja, a instituição tem se mantido nas primeiras colocações ao longo dos anos. Relata que ontem o Ministro da Educação assinou algumas portarias, e dentre elas, duas são de interesse do Ifes. A primeira estabelece uma fórmula de cálculo para definir a relação professor/aluno e aluno equivalente, pela qual pesos diferenciarão para os cursos, exemplificando que a falta desse critério atrapalhava a criação de cursos tecnológicos que demandam um maior investimento em horas de trabalho de professores. Explica que o peso da relação aluno equivalente varia de 1 a 1,3, enfatizando que esses números são multiplicadores e que variam de acordo com o esforço institucional. Relata que essa portaria fará uma diferenciação entre os níveis de ensino, ou seja, técnico, graduação, e pós-graduação. Divulga que a outra portaria assinada pelo Ministro, a qual há muito era esperada, institui os polos de inovação. Relata que apenas cinco polos selecionados e que para o início das atividades faltava a portaria de criação do polo, que consiste na autorização de funcionamento mais a descrição das funções e dos cargos de servidores. Relata que a reunião com o Ministro foi proveitosa uma vez que os dirigentes puderam exprimir, com clareza e franqueza, as dificuldades financeiras enfrentadas pelas instituições e também o receio de que, no futuro, esses problemas acarretem prejuízos para a educação, uma vez que, os

próximos anos serão muito difíceis para as instituições de ensino. Informa que a estudante Carolina Lima Guimarães, que cursa o 4º ano do curso técnico em Eletrotécnica do campus Vitória, foi condecorada com uma menção honrosa na IX Olimpíada Internacional de Astronomia e Astronáutica (OIAA). Acrescenta que a aluna do Ifes havia sido selecionada em abril para ser uma das cinco representantes do Brasil na Olimpíada, sendo a única do Espírito Santo e que foi classificada em primeiro lugar nas provas de seleção, aplicadas para mil estudantes de todo o Brasil, ressaltando que no último ano, ela representou o Estado na Olimpíada Latino-Americana de Astronomia e Astronáutica, realizada no Uruguai, onde foi medalha de prata. Anuncia que o campus Itapina foi o vencedor da Olimpíada Brasileira de Agropecuária, explicando que a Obap é uma realização do Ifsulde Minas, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Acrescenta que essa é a terceira conquista do campus Itapina, credenciando-o a ser um dos representantes brasileiros na edição de 2015 da Olimpíada Internacional de Ciências da Terra (IESO - *International Earth Science Olympiad*), uma das principais atividades da *International Geoscience Education Organization* (IGEO), que será realizada pelo Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) na cidade de Poços de Caldas entre os dias 13 e 20 de setembro. Informa que o Ifes teve o nono mestrado aprovado, enfatizando que essas conquistas institucionais são resultado de um trabalho coletivo. Passa a palavra para o conselheiro Luiz Caldas que, apesar de já ter se manifestado junto a comunidade Ifes, parabeniza novamente a Instituição perante seu Conselho Superior pelas conquistas explicitadas, em especial: a condecoração da aluna Carolina Lima Guimarães na IX Olimpíada Internacional de Astronomia e Astronáutica e o resultado no Enem, ressaltando o caráter extraordinário dos feitos. Acrescenta que é inegável o avanço do Enem na avaliação da educação brasileira e que o bom desempenho das Escolas Federais, em especial do Ifes campus Vitória, reflete o excepcional trabalho desenvolvido pela instituição. Apresenta-se como defensor do ensino médio integrado, pois o resultado do Enem reflete um resultado naturalmente conquistado, pois as escolas públicas federais exibem um trabalho institucional muito bem executado. Ressalta a importância e a responsabilidade desse Conselho para a consecução dos objetivos institucionais, visto que suas contribuições, apontamentos e críticas foram fundamentais para o avanço do Ifes. O Presidente abre o **item 12**, informando que o PDI foi item da última reunião do Conselho Superior, mas que foi retirado de pauta pois não havia sido disponibilizado para consulta pública. Informa que esse procedimento foi realizado e que todas as contribuições foram analisadas, sendo que a maioria delas foi acatada e inserida no documento final, que será avaliado por v.sas nessa reunião. Ressalta que o Planejamento de Desenvolvimento Institucional será uma linha mestra que conduzirá a instituição na consecução de seus objetivos. Apresenta a Pró-reitora de Ensino, sra. Araceli Verônica Nardy; o Pró-reitor Institucional, sr. Ademar Stange; o Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Có; o Pró-reitor de Administração, sr. Lezi José Ferreira, o representante da Pró-Reitoria de Extensão, sr. Clayton de Almeida e a sra. Vanessa Batestini, diretora do Centro de Educação e Formação à Distância que estão presentes para esclarecerem quaisquer dúvidas. Relata que apesar das significativas contribuições, a quantidade de sugestões foram aquém do esperado pela comissão. Informa que o período contemplado pelo PDI é de 2014/2 a 2019/2, enfatizando que, atualmente, a instituição é bastante complexa pois atua em quase todos os níveis educacionais, ou seja, desde a formação inicial até o mestrado, por isso, elaborar um PDI que tenha participação da

comunidade é essencial para o seu sucesso. Relata que o processo de elaboração do documento foi duro, do qual retirou-se um imenso aprendizado, enfatizando que, em alguns momentos, as discussões foram áridas, mas sempre tendo a instituição como fim. Relata que uma das dificuldades na elaboração do documento refere-se ao detalhamento dos investimentos, pois, as constantes alterações do governo federal dificultam a realização de um planejamento condizente com a realidade institucional, exemplificando que somente agora o Ifes está fechando a matriz orçamentária do próximo ano. Desta forma, acrescenta que não há um controle efetivo do orçamento e do desembolso financeiro da instituição, situação pela qual optou-se em apresentar um planejamento daquilo que a instituição gostaria de ter, o qual perpassa pelos mais variados tipos de construções, ou seja, desde salas de aula, restaurantes, até ginásios completos; enfatizando que cada campus definiu suas prioridades. A partir das exposições, define que o investimento descrito no PDI é um apontamento daquilo que a instituição pretende executar mas que será realizado de acordo com a disponibilização de recursos financeiros. Por outro lado, afirma que a abertura de novos cursos, de novos projetos de extensão está condizente com a realidade e são descritos no documento como meta institucional, esclarecendo que a abertura de novos cursos depende de liberação de vagas no banco de servidores cuja responsabilidade é da Setec. Elogia a participação da comunidade Ifes na elaboração do PDI, visto que os PDI's anteriores foram elaborados exclusivamente pelos gestores. Relata que o documento é extenso, aproximadamente trezentas páginas, e já foi analisado pelo Colégio de Dirigentes e coloca-se à disposição, juntamente com os pró-reitores e seus representantes, para eventuais esclarecimentos. A partir de um questionamento da conselheira Ana Raquel, a Pró-reitora Araceli esclarece que somente as sugestões que tinham impedimento legal não foram incorporadas ao documento, exemplificando mudanças em relação ao Cefor que antes era Cead, ressaltando que todos aqueles que contribuíram, independente da incorporação ao texto final, receberam um retorno da comissão. O Pró-reitor Ademar relata que até ontem a comissão recebeu contribuições, a maior parte delas sobre investimentos. O Presidente anuncia que, na reunião do Colégio de Dirigentes, fez uma proposta, aprovada pelos dirigentes, em relação ao Proeja, pois o Ifes precisa, por obrigação legal, disponibilizar 10 por cento das vagas que são oferecidas nos cursos técnicos a modalidade Eja. Relata que atualmente a instituição está longe de alcançar essa meta, pois é oferecida somente 4 por cento das vagas, sendo que esse percentual é ofertado quase que exclusivamente pelo campus Vitória. Relata os empecilhos em se oferecer o Proeja, pois há uma dificuldade em se atingir o público dessa modalidade e assim preencher todas as vagas ofertadas, além de certa resistência institucional em cumprir o percentual. Acrescenta que o Proeja deve ser meta do PDI, por isso, a proposta, que não fazia parte da pauta de reunião e que consiste em instituir percentuais gradativos, anualmente e de maneira generalizada, para que até o fim do período do PDI, ou seja, 2019/2, a instituição tenha atingido o percentual legal, ou pelo menos, estar próxima disso. O conselheiro Carnielli informa que o programa Proeja foi suspenso no campus Venda Nova do Imigrante, com o intuito de estudar suas falhas e assim oferecê-lo a comunidade de uma maneira mais atraente. O Presidente relata que houve 320 inscritos para as 120 vagas Proeja disponibilizadas pelo campus Vitória, ressaltando que a uma boa campanha de divulgação e a história da instituição ajudam a atrair as pessoas. A Pró-reitora de Ensino relata que a instituição oferta, atualmente, noventa cursos técnicos, quarenta e cinco de graduação e nove mestrados. O Pró-reitor de Pesquisa acrescenta que são ofertadas 15 cursos *latu senso*. O Presidente anuncia que o Ifes será um

dos polos do Mestrado Profissional em Educação Tecnológica. O Conselho Superior aprova, sem ressalvas, o Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes – PDI e a inclusão uma meta geral do Projeja, a ser aumentada anualmente e gradativamente, com o objetivo de expandindo a oferta de Projeja na instituição. O Presidente abre o **item 8** relatando que vai fazer parte de Missão do Conif com destino a Finlândia, pelo período de 18 a 27 de setembro, com o objetivo de realizar visitas a instituições de ensino e empresas, além de reuniões com representantes no Ministério da Educação da Finlândia, ARENE (Conferência de Reitores de Universidades de Ciências Aplicadas da Finlândia), AMKE (Associação Finlandesa de Desenvolvimento do Ensino Técnico e Profissional), CIMO (Centro de Mobilidade Internacional da Finlândia) e Federação das Indústrias Finlandesas. O Conselho Superior, por unanimidade, autoriza o afastamento do magnífico Reitor pelo período de 18 a 27 de setembro com destino a Finlândia. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para o Pró-reitor de Pesquisa, prof. Márcio Có, que relata que toda instituição que realize pesquisa com seres humanos deve ter um Comitê de Ética ou então submeter suas pesquisas a um comitê de outra instituição. Relata que o Cep Ifes após ter sido recredenciado elaborou seu regimento interno, o qual foi aprovado pelo Conep e antes que fosse submetido ao Conselho Superior, o Cep-Ifes identificou a necessidade de alterá-lo. Acrescenta que a alteração é pontual e corresponde a eliminação do parágrafo único do artigo 38, pois, sendo o Cep um comitê constituído por membros usuários, ou seja, não representantes da comunidade Ifes, a necessidade da presença delas em todas as reuniões, limitava consideravelmente a atuação e deliberação do comitê. Com essa alteração, explica que a presença desses membros ainda é garantida, mas que em uma eventual ausência, não impede a realização da reunião. Esclarece que essa proposta de reunião já foi aprovada pelo Inep e que institucionalmente já foi aprovada pelo Colégio de Dirigentes. O Conselho Superior, sem ressalvas, aprova o Regimento Interno do Comitê de Pesquisas em Seres Humanos – Cep-Ifes. O Presidente abre o **item 11** e passa a palavra para a Pró-reitora de Ensino que relata que a resolução nº 59/2011 disciplina a matrícula simultânea em mais de um curso no Ifes, no entanto, surgiram problemas em relação aos cursos Fics, que são de curta duração, explicando que a alteração visa permitir mais de uma matrícula em cursos Fic. A conselheira Marize relata que seria mais adequado que a redação fosse “mais de um” em vez de “mais de dois”. A Pró-reitora Araceli lê os incisos citados na proposta de alteração e concorda com a sugestão da conselheira. O Conselho Superior, sem ressalvas, aprova a alteração da Resolução CS nº 59/2011 de 10 novembro 2011, acrescido da sugestão da conselheira Marize. O Presidente abre o **item 3** e passa a palavra para a Pró-reitora Araceli que esclarece a necessidade de se emitir o ato de homologação provisória em virtude dos prazos entre as reuniões do Conselho Superior. Relata que o Curso Superior em Logística será o primeiro curso oferecido pelo campus Viana, acrescentando que a primeira entrada acontecerá em 2015/2 e que a partir do próximo ano, acontecerá no primeiro semestre. Informa que, por causa dos prazos, o processo seletivo para esse ano foi separado, a partir do próximo ano, será por meio do Sisu. Ressalta a boa relação de candidatos por vaga do concurso, isto é, 36 por vaga, enfatizando que o curso de Tecnologia em Logística tem duração de dois anos e meio e uma boa aceitação do mercado. Relata que o processo já tramitou pelo Cepe e Colégio de Dirigentes, obtendo parecer favoráveis de ambos. O Presidente relata que a oferta inicial de um curso superior não é padrão do Ifes, no entanto, pelo baixo quantitativo de professores para ofertar um curso técnico, decidiu-se iniciar as atividades do campus com um curso superior, enfatizando que, em 2016, o campus Viana vai

oferecer curso técnico integrado baseado no eixo tecnologia e logística. O Conselho Superior, sem ressalvas, aprova o Curso Superior em Logística do campus Viana. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para Pró-reitora Araceli que relata que o campus Vila Velha já possui o curso técnico e a licenciatura em Química e que o bacharelado visa também atender os egressos que não pretendem ir para a licenciatura. Destaca que esse é o primeiro bacharelado do campus, ofertado em período integral, com oferta de 40 vagas, acrescentando que o processo de inscrição está aberto e que estatísticas preliminares indicam uma relação de 16 candidatos por vaga. Relata que o curso terá duração de quatro anos, ou seja, 8 períodos, colocando-se à disposição para os devidos esclarecimentos. O Presidente relata que o campus Vila Velha discutia a possibilidade de ofertar Engenharia Química, que é um curso mais voltado para as plantas industriais, ou seja para os projetos, em contrapartida, o bacharelado forma o profissional que trabalhará diretamente nos processos industriais, e que por isso, tem uma boa procura pelo mercado. O conselheiro Hermes relata que opção do campus Vila Velha vai ao encontro do Conselho Regional de Química na valorização do profissional que executa os processos industriais. Ao ser questionado pelo conselheiro Sival sobre os critérios para abertura de um curso, o Presidente relata que a tramitação passa por um longo caminho institucional. Inicia-se no campus, na coordenadoria, depois vai para a Direção de Ensino; em seguida para a Câmara de Ensino, que avalia os investimentos necessários, quantitativo de professores e o projeto pedagógico; depois vai para o Cepe, que avalia se a nova oferta vai impactar nos cursos existentes no campus e em outros campi; a seguir, vai para o Colégio de Dirigentes, que verifica o investimento e a contratação de servidores; e depois, para o Conselho Superior para a autorização de funcionamento. Conclui que, depois dessa extensa tramitação, todos os detalhes já foram analisados, discutidos e adequados, mas que, em alguns casos, o Conselho Superior detectou alguns problemas, realizando os devidos ajustes. Ressalta que só emitiu o ato de homologação provisória porque o processo já tinha tramitado por todos os órgãos descritos, assim diversos aspectos foram analisados e discutidos. O Conselho Superior, sem ressalvas, aprova a oferta do Curso Bacharelado em Química Industrial do campus Vila Velha. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para o conselheiro Hermes, diretor do campus Aracruz, que relata que o curso em questão, em suas ofertas iniciais, teve alta demanda, depois, a procura foi decrescendo. Relata que atualmente a cidade de Aracruz privilegia os alunos do integrado em detrimento dos alunos do noturno. Nesse cenário, continua o conselheiro, o campus optou por trabalhar a licenciatura em química no período noturno, pois outra oferta demandava por contratação de professores, visto que assim, baseado em um critério objetivo, o campus optou pelo mais adequado para o momento, ou seja, um curso que pudesse também absorver os professores do curso Subsequente Técnico em Química. Relata que as pessoas têm dificuldade em sair da região, pois pretendem, após se formarem, trabalhar nos arredores, para permanecer próximo a família. O conselheiro Kaique relata que a maior parte dos alunos dos cursos integrados não querem seguir a profissão, pois a procura por profissionais é baixa, acrescentando que a maior parte dos egressos tem o objetivo de cursar uma universidade, sendo poucos os que exercerão a profissão de técnico. Conclui que é incompreensível que o Instituto Federal de Tecnologia do Espírito Santo seja apenas um meio de acesso a outro nível educacional, acrescentando que a demanda por serviços na área técnica de química é baixa, apesar de existir três indústrias nessa área. A conselheira Ana relata que, diferentemente do relato do conselheiro Kaique, os alunos do campus Vila Velha estão empregados antes de concluir o curso, enfatizando a

existência de um curso vespertino e a criação de uma turma no noturno para atender a demanda de mercado. Destaca que há mais oportunidade de estágio do que alunos para preenchê-las e que a maioria dos egressos vão para o mercado de trabalho. A conselheira Aivete relata que o extremismo das situações explicitadas se deve ao perfil econômico das regiões, ou seja, a cidade de Aracruz exige um profissional mais qualificado, enquanto Vila Velha, pela carência do seu entorno, consegue absorver os egressos dos cursos técnicos com maior facilidade. O conselheiro Hermes informa que cerca de 40 por cento dos alunos do campus Aracruz são provenientes da Serra, outros 48 por cento são da Grande Vitória, acrescentando que os pais preferem pagar van aos seus filhos a deixá-los estudar na Serra. Relata que os técnicos em química não se sentem seguros em sair de sua região, o que atrapalha na obtenção de emprego, acrescentando que essa é a realidade das instituições do interior, ou seja, a de formar profissionais para outros mercados, situação que não ocorre nas regiões metropolitanas. O conselheiro Carnielli relata que já trabalhou nos campi Cachoeiro, Vitória e agora Venda Nova do Imigrante, afirmando que, no interior, o que sustenta a instituição é o médio integrado, e a sociedade vai a procura desse ensino de qualidade que tende a cada ano se elitizar. Relata que, quando se trata do subsequente a realidade é outra, pois a demanda no interior é diferente, uma vez que, em muitos casos, o aluno já é pai de família. Relata que nos cursos subsequentes, a demanda inicial é alta, mas tende, com a oferta contínua, se saturar. Conclui que, a partir dessa realidade, a instituição tem que se preparar, sendo o Pronatec uma excelente alternativa, pois, por ele, pode-se, a cada dois anos, mudar a oferta de curso, impedindo sua saturação. Ao ser questionado pelo conselheiro Guilherme sobre previsões de outro curso, o conselheiro Hermes relata a previsão de um curso superior de química industrial, ressaltando que os empresários da região pleiteiam um curso na área de administração, uma vez que, segundo eles, as pessoas com formação superior são colocadas para executar tarefas de um profissional de nível médio, e que com o passar do tempo, elas ficam desmotivadas e incomodadas com a função. Outra vantagem do curso técnico de administração e que, segundo os empresários, é que seus egressos possuem experiência profissional além de saberem se comportar no ambiente de trabalho. Relata a possibilidade de se ofertar um curso na área de eletrotécnica, mas sem ter os campi ao redor como concorrentes. Relata que a Fibria é uma empresa importantíssima para Aracruz e que passou por sérios problemas financeiros em 2009 e 2010, por isso, a procura no curso técnico subsequente foi reduzida para quase um candidato por vaga. A partir do questionamento do conselheiro Guilherme sobre a contratação de professores, o Presidente informa que os professores do subsequente estão sendo aproveitados na licenciatura. O conselheiro Haroldo afirma que, infelizmente, daqui a alguns anos, a demanda de licenciatura também vai se esgotar. O conselheiro Luiz Caldas relata que essa questão, em uma instituição pública, não é simples, além de que a oferta tende a se esgotar com o tempo em lugares em que a demanda é mais intensa. Afirma que a maneira de mensurar o êxito da instituição é como ela pode transformar a vida dessas pessoas, ou seja, a possibilidade de permitir que uma pessoa ingresse em um curso superior não pode, de maneira alguma, ser considerado um insucesso, acrescentando que, pelo fato de as instituições públicas não serem financiadas por um seguimento do mercado, torna difícil sua adequação as necessidades deste. Manifesta sua defesa em prol das instituições públicas, enfatizando o dever de se aprofundar o debate a respeito da finalidade da escola pública. Argumenta que a educação profissional antecipa às necessidades do mercado e por isso, no futuro, pode ser fator decisivo para investimentos em

determinada área, uma vez que a escola forma para o trabalho, profissionais que são cidadãos. A conselheira Ana Raquel afirma que a graduação contribui para a formação do profissional ao mesmo tempo em que não impede o trabalho no nível técnico. O conselheiro Luiz Caldas afirma que um país jamais se sentirá ameaçado se tiver uma população educada. O conselheiro Haroldo relata que deve-se repensar a educação, uma vez que o país está passando por grandes transformações, nesse contexto, a indústria perde gradativamente sua relevância na geração de emprego, enquanto, o serviço tem se tornado a maior fonte geradora de empregos, respondendo por 70 por cento deles, afirmando ser esse o desafio do Ifes, ou seja, desligar-se gradativamente da área industrial para se concentrar na área de serviços. Parabeniza a ação do Ifes, pois quando um curso esgota sua possibilidade, sem qualquer demanda social, e a instituição tem a competência de alterar esse panorama, alocando o material humano em outra área, é um ato de muita coragem, pois encerrar qualquer atividade na área pública é muito difícil, principalmente um curso. Revela que o sistema Sedu também vai tomar medidas nesse sentido, pois a demanda pela educação profissionalizante vai cair, pois não havendo emprego, também não haverá a vontade/necessidade de se qualificar. O Presidente lembra de um debate na Vale, em que estavam presentes os presidentes da Fiat e da Vale, e cujo assunto era o impacto da crise de 2010 na indústria de base, na de transformação e nos sistemas de educação. Nesse cenário, a Fiat reconhecia a crise, ainda que seus efeitos não fossem sentidos, em situação oposta encontrava-se a Vale, enquanto o Ifes, pelo retardo do efeito econômico no processo educacional, não vislumbrava qualquer expectativa de crise. Ressalta que a educação não faz de acordo com as necessidades imediatas do mercado de trabalho, pois o planejamento das ofertas não se restringem a uma área específica, mas sim, a uma região. Relata que em conversa com o Ministro da Educação, mostrava as ótimas colocações dos Institutos Federais no Enem, ressaltando que o exame está se modificando por causa das perguntas e demandas da sociedade e que essa situação também influencia a formação oferecida pela instituição. Afirma que o currículo de um aluno de curso profissionalizante é diferenciado, pois há uma apropriação com o mundo real. Ressalta que as instituições privadas necessitam de uma demanda imediata para ofertar um curso, e que, ao fim procura o curso é encerrado; na instituição pública é necessário avaliar o que se pode ser ofertado com o intuito de proporcionar o desenvolvimento de uma região. O Presidente sugere que o curso seja encerrado com a possibilidade de, caso haja demanda no futuro, seja reaberto. Diante da sugestão do conselheiro Luiz Braz de suspender o curso, a Pró-reitora Araceli detalha a inviabilidade de suspensão, pois não tem oferta há cinco anos e, conseqüentemente, nenhum egresso do curso. O conselheiro Kaique, baseado nos altos custos institucionais para manter os cursos técnicos e pouco aproveitamento do conhecimento profissional adquirido pelos egressos, que optam pelo ensino superior, sugere que os investimentos dos cursos técnicos não sejam destinados à formação acadêmica. O Conselho Superior, sem ressalvas, aprova o encerramento do curso Subsequente Técnico em Química – campus Aracruz. O Presidente abre o **item 10** e passa a palavra para o servidor Marcos Podestá que relata que programa Pibid envolve licenciaturas e que a partir do segundo período, proporciona aos bolsistas um contato com a docência. Afirma que o programa não é estágio institucional e sim uma docência paralela, relatando que as normas já estão referenciados pelo Regimento Nacional do Pibid e que por isso, foram realizadas poucas alterações que visam adequar o regulamento às necessidades institucionais para não se burocratizar o programa, uma vez que ele não tem um caráter acadêmico. Lê as alterações

realizadas, explicando-as e colocando-se a disposição para quaisquer esclarecimentos. O Conselho Superior, por unanimidade, aprova o Regimento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O conselheiro Haroldo relata que a Sedu tem participação em muitos conselhos, desta forma e diante a impossibilidade de participar de todos, escolhe aqueles que quer participar, sendo o Conselho Superior do Ifes um deles, informando que não estará presente em todas as reuniões, mas se esforçará para participar do máximo de reuniões possíveis. Relata que o Ifes e a Sedu fazem trabalho complementar, fato que possibilita uma proveitosa troca de experiência. Acrescenta que a estrutura do Ifes oferece educação nos mais diversos níveis, aproximando ainda mais as instituições, especialmente quanto a formação de professores de ciências e enfatiza a importância do Pibid na formação do professor, pois a qualidade é essencial, mesmo que não seja suficiente para um ensino de qualidade. Sugere a criação de um grupo de trabalho Ifes-Sedu com o objetivo de estudar e avaliar o Pibid, aumentando o número de ofertas, enfatizando que a Sedu será demandante, e não ofertante, pois tem a clara intenção de realizar investimentos não só na docência mas também na pesquisa, para que assim, seja possível entender os processos que acontecem na escola. Relata que a Sedu possui uma visão estratégica, visão de futuro, e que os frutos dessa parceria, isto é, formação de professores, serão muito bem-vindos. O Presidente enaltece a participação, no Conselho Superior do Ifes, de duas importantes secretarias estaduais: Sedu e a Sectti, e informa que o Ifes abrirá cursos de formação de técnicos administrativos para educação pública, ressaltando a atuação conjunta, no trabalho de formação continuada em química e biologia. A conselheira Alacir parabeniza o Ifes por três motivos: o primeiro deles diz respeito a implementação do mestrado no campus Serra. O segundo refere-se ao resultado do Enem que traduz todo o esforço coletivo e dedicação da comunidade Ifes na consecução de suas metas institucionais; e o terceiro referente ao PDI, relatando que por ser avaliadora do Inep, leu o PDI minuciosamente e não fez qualquer consideração. Assim, relata que, como avaliadora da área de Tecnologia, considera o PDI do Ifes brilhante, assegurando que após inclusão no sistema nenhum avaliador irá contestá-lo ou indeferi-lo. O Presidente agradece as palavras da conselheira Alacir, enfatiza novamente o esforço coletivo e nada mais havendo a tratar, declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.